

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEGUNDA-FEIRA
13 DE MAIO DE 2024



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

SECIL BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.634.131/0001-00

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da
Secil Brasil Participações S.A.
Curitiba – PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Secil Brasil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Secil Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de abril de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Yukie de A Kato
Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)											
	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Ativos Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.256	4.878	77.266	200.689	Fornecedores	15	-	-	96.756	96.873
Contas a receber de clientes	8	-	-	43.490	39.340	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	210.462	205.669
Estoques	9	-	-	99.430	85.724	Passivos de arrendamento	17	-	-	8.282	6.580
Impostos a recuperar	10	185	159	20.084	18.935	Salários e encargos sociais		-	-	14.722	13.442
Partes relacionadas	24	-	-	1.305	1.407	Impostos a recolher	18	29	7	42.030	16.479
Outros créditos a receber		38	50	8.195	11.415	Adiantamentos de clientes		-	-	1.013	711
						Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	38.618	39.403
		5.479	5.087	249.770	357.510	Outras contas a pagar		12	14	7.744	7.297
								41	21	419.627	386.454
Não circulante											
Impostos a recuperar	10	-	-	36.833	38.503						
Outros créditos a receber		-	-	5.369	3.213	Não circulante					
Investimentos	11	664.126	685.924	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	296.495	414.032
Imobilizado	12	-	-	1.025.764	1.047.220	Passivos de arrendamento	17	-	-	3.249	2.738
Direito de uso dos ativos	13	-	-	10.025	8.297	Impostos a recolher	18	-	-	184.517	206.071
Intangível	14	-	-	288.989	285.619	Impostos diferidos	23	30.236	30.236	39.271	37.864
						Provisão para litígios	25	3.215	2.972	19.913	17.118
		664.126	685.924	1.366.980	1.382.852	Outras contas a pagar		-	-	50	52
								33.451	33.208	543.495	677.875
						Total do passivo		33.492	33.229	963.122	1.064.329
						Patrimônio líquido	19				
						Capital social		650.884	650.884	650.884	650.884
						Reservas de capital		18.724	18.724	18.724	18.724
						Prejuízos acumulados		(33.495)	(11.826)	(33.495)	(11.826)
						Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		636.113	657.782	636.113	657.782
						Participação de acionistas não controladores		-	-	17.515	18.251
						Total do patrimônio líquido		636.113	657.782	653.628	676.033
Total do ativo		669.605	691.011	1.616.750	1.740.362	Total do passivo e patrimônio líquido		669.605	691.011	1.616.750	1.740.362

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas de vendas e serviços	20	-	-	668.721	692.256
Custo das vendas e dos serviços prestados	21	-	-	(500.182)	(461.050)
Lucro bruto		-	-	168.539	231.206
(Despesas) receitas operacionais Gerais e administrativas	21	(180)	(111)	(25.577)	(23.527)
Comerciais	21	-	-	(88.230)	(100.842)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	-	-	(312)	(40)
Outras receitas e despesas, líquidas	21	-	-	6.862	(1.298)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(21.799)	(12.308)	-	-
(Prejuízo) lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		(21.979)	(12.419)	61.282	105.499
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	22	(276)	(242)	(125.340)	(163.746)
Receitas financeiras	22	650	184	43.077	57.299
Despesas financeiras, líquidas		374	(58)	(82.263)	(106.447)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(21.605)	(12.477)	(20.981)	(948)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	23	(64)	(9)	(64)	(6.308)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23	-	-	(1.407)	(5.663)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(21.669)	(12.486)	(22.452)	(12.919)
Atribível aos acionistas				(21.669)	(12.486)
Participação de não controladores				(752)	(433)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício				(22.421)	(12.919)
Ações em circulação no fim do período (em milhares)				650.884	650.884
(Prejuízo) lucro líquido por ação do capital social no fim do período - R\$				(0,03)	(0,20)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2021		650.884	18.724	659	12.539	-	682.806	18.684	701.490
Distribuição dividendos	19	-	-	-	(12.539)	-	(12.539)	-	(12.539)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(12.486)	(12.486)	(433)	(12.919)
Reversão da reserva legal	19	-	-	(659)	-	659	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		650.884	18.724	-	-	(11.827)	657.781	18.251	676.032
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(21.669)	(21.669)	(736)	(22.405)
Em 31 de dezembro de 2023		650.884	18.724	-	-	(33.495)	636.113	17.515	653.628

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(21.669)	(12.486)	(22.452)	(12.919)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do período		(21.669)	(12.486)	(22.452)	(12.919)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(21.605)	(12.477)	(20.981)	(948)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa					
Depreciação e exaustão		-	-	65.123	64.457
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	-	-	9.232	8.420
Amortização de ativos intangíveis		-	-	4.214	461
Ganho líquido na venda de imobilizado	12	-	-	9.709	213
Provisão para litígios		-	-	15.978	-
Juros incorridos sobre empréstimos e arrendamentos	25	243	230	2.795	8.785
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	16 e 17	-	-	40.257	46.357
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	22 e 16	-	-	61.747	110.595
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	16	-	-	(23.696)	(44.923)
Provisão para perdas de estoques	8	-	-	314	41
Equivalência patrimonial	9	-	-	1.899	1.637
	11	21.799	12.308	-	-
(Aumento) ou redução nos ativos		437	61	166.591	195.095
Contas a receber		-	-	(4.464)	(8.005)
Estoques		-	-	(15.605)	-
Impostos a recuperar		-	-	1.670	15.169
Outros créditos a receber		-	-	4.527	(2.647)
Fornecedores	12	(50)	(117)	(3.576)	(3.576)
Salários e encargos sociais		-	-	1.280	(1.372)
Impostos a recolher		(5)	(16)	3.974	51.267
Adiantamentos a clientes		-	-	302	(423)
Outras contas a pagar		(2)	2	451	(4.596)
Pagamento de provisões para litígios		-	-	-	-
Juros pagos	25	-	-	(343)	(9.949)
Imposto de renda e contribuição social pagos	16	-	-	(39.828)	(43.703)
		(64)	-	(64)	(6.308)
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais		378	(3)	118.374	180.952
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		-	-	(69.354)	(34.690)
Recebimento de dividendos	12	-	-	16.476	-
Aquisição de intangível	11	-	-	(9.117)	(902)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	16.476	(78.471)	(35.592)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos tomados		-	-	131.039	326.244
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	(62.532)	(77.987)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	1.124
Pagamento de dividendos	16	-	-	-	(12.539)
Pagamentos de arrendamento mercantil	19.e	-	-	(12.907)	(8.972)
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	17	-	-	(218.926)	(409.049)
Pagamentos de empréstimos	16	-	-	(163.326)	(181.179)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	(12.539)	(163.326)	(181.179)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		378	3.934	(123.423)	(35.819)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	4.878	944	200.689	236.508
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	5.256	4.878	77.266	200.689
(Redução) aumento					

de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
 - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
 - diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

p. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

q. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia e suas controladas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	1	34	1.355	4.438
Aplicações financeiras	5.255	4.844	75.911	196.251
	5.256	4.878	77.266	200.689

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados a variação de 99% a 103% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) em 2023 e 2022, sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

8 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber clientes	46.788	42.324
Provisão para perda estimada de crédito	(3.298)	(2.984)
	43.490	39.340

Existem nas suas Controladas dois contratos de financiamento, com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 15.000. (R\$25.000 em 31 de dezembro de 2022).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	42.478	38.982
Vencidos até 90 dias	1.473	933
Vencidos até 180 dias	2.158	189
Vencidos acima de 180 dias	(2.330)	(2.720)
Perda por redução ao valor recuperável	(3.298)	(2.984)
	43.490	39.340

A imparidade para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.984)	
Constituições	(580)	
Reversões	266	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.298)	
		Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.943)	
Constituições	(333)	
Reversões	292	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.984)	

9 Estoques

	Consolidado	
	2023	2022
Matéria-prima e outros materiais	94.525	78.772
Produtos acabados	9.075	9.223
Imparidades	(4.170)	(2.271)
	99.430	85.724

A Administração avalia de forma constante os estoques do Grupo quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como resultado destas avaliações, a Administração identificou a necessidade de registro de imparidade para perdas nos estoques do Grupo.

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	2.608	2.328
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (*)	-	-	9.959	8.210
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	2.223	72
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	3.487	18
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.853	5.188
Crédito PIS e Cofins Ativo Permanente	-	-	35.554	41.244
Outros	185	159	2.233	380
	185	159	56.917	57.438
Ativo circulante	185	159	20.084	18.935
Ativo não circulante	-	-	36.833	38.503

(*) A controlada Margem Cia de Mineração é beneficiária do Regime Especial no 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense. Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica, a Margem está acumulando o PIS/COFINS e ICMS sobre essas aquisições cuja compensação em 1/48 teve início em abril/2015.

11 Investimentos

	Controladora	
	2023	2022
Valor patrimonial	383.237	405.054
Ágio na Participação Controladas	222.197	222.197
Marcas e Patentes	58.692	58.692
Supremo Cimentos S.A.	664.126	685.924

a. As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido		Lucro/Prejuízo do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Empresas controladas	96,53	96,53	383.235	405.035	(11.908)

b. A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada

	Supremo Cimentos S.A.	
	2023	2022
Em 1 de janeiro de 2022		714.708
Pagamentos dividendos (*)		(16.476)
Participação nos prejuízos de controlada		(12.308)
Em 31 de dezembro de 2022		685.924
Participação nos prejuízos de controlada		(21.799)
Em 31 de dezembro de 2023		664.126

(*) Em 22 de abril de 2022 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 12.538, os quais foram pagos em maio/2022, e em 16 de novembro de 2022 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.937, os quais foram pagos em dezembro/2022.

c. Teste de imparidade do ágio

A Companhia através de sua controladora efetuou o teste de imparidade para o ágio pago na aquisição do investimento no Supremo (em 2015), referente ao valor justo alocado a participação sobre o ativo intangível (marca Supremo). Para efeitos da avaliação, considera-se que as marcas possuem uma vida útil indefinida. O modelo utilizado foi de fluxo de caixa descontado para os próximo 5 anos mais o período de perpetuidade.

As premissas chaves utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são:

Descrição:	
Taxa de desconto	13,5%
Volume de vendas (% de crescimento médio ao ano)	4,3%
Preço de venda (% de crescimento médio ao ano)	8,45%
Margem bruta (% de crescimento médio ao ano)	12%

O volume de vendas é a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos e a perpetuidade. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda é a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de produtividade.

O Grupo não identificou impairment a ser contabilizado para o ano 2023.

12 Imobilizado

	Consolidado							Total	
	Terrenos	Jazidas minerais	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros		Imobilizado em andamento
Em 1 de janeiro de 2022	46.068	197.224	381.460	731.367	41.730	293	13.826	14.759	1.426.727
Adições	-	-	(84)	1.233	378	-	222	27.736	29.485
Baixas	-	-	372	2.215	788	-	2.149	29.330	34.854
Transferência AVP	-	-	-	(2.805)	(460)	-	(329)	(8)	(3.602)
PRODEC(a)	-	2.720	5.676	5.441	119	-	40	(13.996)	-
Em 31 de dezembro de 2022	46.068	199.944	387.316	735.769	42.177	293	15.686	30.085	1.457.338
Adições	-	-	327	4.841	14.448	222	2.769	46.747	69.354
Baixas	-	-	(1.204)	(4.906)	(19.004)	(111)	(498)	(2.252)	(27.975)
Transferência AVP	-	-	912	7.355	595	-	77	(8.939)	-
Imparidade (b)	-	-	(6.731)	(9.247)	-	-	-	-	(15.978)
AVP	-	-	(38)	(90)	-	-	-	-	(128)
PRODEC(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	46.068	199.944	380.582	733.722	38.216	404	18.034	65.641	1.482.611
Depreciação e exaustão	-	-	(63.980)	(237.922)	(19.930)	(286)	(8.796)	-	(349.078)
Baixa de depreciação por alienação AVP	-	(5.091)	(10.802)	(43.852)	(3.364)	(5)	(1.793)	-	(64.907)
PRODEC(a)	-	-	-	2.784	460	-	145	-	3.389
Crédito PIS e Cofins	-	-	143	335	-	-	-	-	478
Em 31 de dezembro de 2022	-	(23.255)	(74.639)	(278.655)	(22.834)	(291)	(10.444)	-	(410.118)
Depreciação e exaustão	-	(4.628)	(10.659)	(45.023)	(3.371)	(17)	(1.809)	-	(65.507)
Baixa de depreciação por alienação AVP	-	-	972	4.118	12.656	111	409	-	18.266
PRODEC(a)	-	-	154	358	-	-	-	-	512
Em 31 de dezembro de 2023	-	(27.883)	(84.172)	(319.202)	(13.549)	(197)	(11.844)	-	(456.847)
Valor contábil	45.788	179.060	317.480	493.445	21.800	7	5.030	14.593	1.077.650
Em 31 de dezembro de 2022	46.068	176.689	312.677	457.144	19.343	2	5.242	30.085	1.047.220
Em 31 de dezembro de 2023	46.068	172.061	296.410	414.520	24.667	207	6.190	65.641	1.025.764

(a) A Controlada Supremo Cimentos é detentora de incentivo fiscal denominado PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, concedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em que possui o direito à dilação do prazo de pagamento de parte do ICMS devido sobre receitas de vendas pelo período de 48 meses. Por se tratar de uma subvenção para investimento e tendo em vista que o ICMS a recolher é atualizado monetariamente por um índice de atualização monetária inferior às taxas de juros praticados no mercado, a Empresa apresenta o saldo de ICMS a recolher por seu valor presente no passivo circulante e não circulante, sendo que o ajuste a valor presente na data do fato gerador do ICMS é apresentado como redutora do ativo imobilizado. A referida provisão para ajuste a valor presente é apropriada ao resultado à medida que os bens do imobilizado são depreciados e a provisão para juros sobre o ICMS a recolher é reconhecida ao resultado à medida que o prazo da dilação de pagamento do imposto é transcrito.

(b) Após a inauguração da Controlada Margem em 2015, a Administração optou pela interrupção (inicialmente) temporária da produção de clínquer na sua controlada. Desde então, estudos foram conduzidos com o objetivo de encontrar a melhor solução para o seu ativo. Vários estudos foram realizados ao longo destes 08 anos, os quais não apresentaram resultados econômicos favoráveis a sua execução. Assim, a Administração estimou que seus ativo estavam sem perspectivas de utilização, constituindo o montante de R\$ 15.000, os quais foram reconhecidos em 2023.

Imobilizado em andamento

O saldo da rubrica "imobilizado em andamento" refere-se a custos de imobilizado ainda não concluídos.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Após a inauguração da Controlada em 2015, a Administração optou pela interrupção (inicialmente) temporária da produção de clínquer na sua controlada Supremo. Desde então, alguns estudos foram conduzidos com o objetivo de encontrar a melhor solução para o seu ativo. Vários estudos foram realizados ao longo destes 08 anos, os quais não apresentaram resultados econômicos favoráveis a sua execução. Assim, a Administração estimou o valor dos seus ativos em R\$ 15.978 os quais foram reconhecidos em 2023.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladas não identific

	Consolidado	
	2023	2022
Ágio na aquisição de participação - Supremo Cimentos S.A. (nota 11)	195.158	195.158
Valor justo de ativo intangível (marca Supremo) *	88.928	88.928
Software por aquisição de investimento	9.117	1.994
Software por aquisição de investimento	(4.214)	(461)
	288.989	285.619

15 Fornecedores

	Consolidado	
	2023	2022
Fornecedores nacionais	62.662	55.514
Fornecedores exterior	7.792	5.223
Partes relacionadas (nota 24)	26.302	36.136
	96.756	96.873

16 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2023	2022
Empréstimo	502.244	613.968
Custo com captação recurso	(302)	(931)
Encargos apropriados	5.015	7.264
Total Geral	506.957	619.701

a. Abaixo apresentamos a abertura do saldo de empréstimos:

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento Final	Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022
EKF/ELO	CDI+1,35%	2025	20.050	20.050	10.025	30.075	30.075	50.125
Custo com captação recurso			(288)	(628)	(14)	(303)	(302)	(931)
Encargos apropriados			1.694	3.008	-	-	1.694	3.008
			21.456	22.430	10.011	29.772	31.467	52.202
BNDES	TJLP +3,54%	2029	13.035	13.035	54.311	67.345	67.346	80.380
Encargos apropriados			223	358	-	-	223	358
			13.258	13.393	54.311	67.345	67.569	80.738
Capital de giro	Libor +1,25%	2028	172.361	165.947	232.173	316.915	404.534	482.862
Encargos apropriados			3.387	3.899	-	-	3.387	3.899
			175.748	169.846	232.173	316.915	407.921	486.761
Total			210.462	205.669	296.495	414.032	506.957	619.701

Em 16 de outubro de 2013, a sua Controlada celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaaneordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal, no valor de R\$ 200.500 (saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023 R\$ 30.075 e R\$ 50.125 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis a partir de julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 13 de fevereiro de 2019, a sua Controlada firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000, tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos já concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, permitindo o alongamento do prazo médio da dívida da Controlada. Este financiamento está garantido por uma Carta Fiança do BBVA, por sua vez garantida pela Secil. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 67.346 e R\$ 80.380 em 31 de dezembro de 2022.

Em 2020 a Companhia contratou no mercado local um financiamento junto do Banco do Brasil no montante de R\$ 75.000, por um prazo de 36 meses. Em 31 de dezembro do 2023 tinha um saldo de R\$ 7.142 e R\$ 28.571 em 31 de dezembro de 2022.

Em 2023 a Controlada contratou um financiamento junto do Santander, no montante de R\$ 50.000, por um prazo de 36 meses. Em 31 de dezembro do 2023 tinha um saldo de R\$ 50.000.

Em 2023 a Companhia liquidou o empréstimo junto ao Banco Santander no montante de R\$50.000.

A sua Controlada possui um contrato de empréstimo com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (covenants). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, todos os indicadores foram atendidos.

Com relação ao custo com captação de recursos, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tem reconhecido contabilmente o valor de R\$ 302 (R\$ 931 em 31 de dezembro de 2022), como redutora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao ativo imobilizado até março de 2015. A partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o IAS/23 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com IAS 39 do pronunciamento Técnico Contábil CPC 08.

Swap de taxas de Juros

Em 2023 a Controlada contratou um empréstimo externo sob a Lei no 4.131 com principal de EUR 9.256 (R\$ 49.467) por um prazo de 1 ano.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esse financiamento foi integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do euro (Euribor).

Em 2023 a Companhia liquidou diversos empréstimos externos nos montantes de EUR 8.750 (R\$ 55.537) e de US\$ 7.258 (R\$ 40.000).

No final de cada mês, a Companhia e a sua Controlada atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL. Os contratos de swap em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

O Grupo possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 27.197 (valor líquido) no qual aumenta o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no montante de R\$ 11.421 classificado no passivo circulante.

		2023							
		Consolidado							
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda		Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
				BRL	estrangeira				
Banco Itau	Empréstimos	USD	(100.000)	(18.144)	(11.712)	(13.488)	(15.720)	-	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(63.605)	(10.000)	(5.527)	(6.907)	(17.944)	-	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(49.467)	(9.256)	(8)	(836)	-	-	-
Banco do Brasil (*)	Empréstimos	EUR	(93.745)	(15.000)	-	(3.715)	(1.701)	-	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.394)	(15.000)	(9.958)	(15.488)	(10.879)	-	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(8.851)	(13.768)	(9.669)	-	-
Banco BPI (*)	Empréstimos	EUR	(31.572)	(6.000)	-	(534)	(534)	-	-
Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	(55.500)	(10.000)	(2.562)	(7.843)	(6.085)	-	-
			(574.419)	(99.400)	(38.618)	(62.579)	(62.532)	-	-

		2022							
		Consolidado							
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda		Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
				BRL	estrangeira				
Banco Comercial	Empréstimos	USD	(39.750)	(7.950)	-	(1.064)	-	-	-
Português (*)									
Banco Itau	Empréstimos	USD	(100.000)	(18.144)	(13.946)	(19.207)	(13.348)	-	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(157.350)	(25.000)	(14.549)	(25.720)	(7.676)	-	-
Banco Haitong (*)	Empréstimos	EUR	(75.068)	(12.500)	-	(14.294)	(11.675)	-	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(138.119)	(25.000)	(5.349)	(19.883)	(17.154)	9	-
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(38.260)	(7.000)	-	(2.008)	(2.008)	-	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(4.754)	(14.323)	(17.354)	1.115	-
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(80.350)	(16.000)	-	(9.481)	(6.567)	-	-
Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	(55.500)	(10.000)	(805)	(4.615)	(2.205)	-	-
			(774.533)	(137.594)	(39.403)	(110.595)	(77.987)	1.124	1.124

(*) Contratos liquidados em durante 2023, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023.

Vencimento das parcelas		Consolidado	
		2023	2022
Um ano (2023)		205.669	144.913
Dois anos (2024)		144.913	198.694
Três anos (2025)		198.694	13.032
Quatro anos (2026)		13.032	57.393
2027 em diante		-	-
		619.701	619.701

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2023:

		Consolidado						
		2022	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização	Juros Pagos	2023
Itau		96.324	-	1.901	(6.288)	(35.681)	(2.859)	53.397
Banco do Brasil	49.467	109.418	6.740	(2.817)	(6.907)	(13.884)	(4.786)	87.569
BNDES	-	82.202	5.288	-	(2.050)	(5.973)	-	31.467
EKF	-	55.676	3.685	(2.489)	-	(3.061)	-	53.811
Deutsche Bank	-	50.638	31.572	7.703	695	(32.267)	(50.000)	(781)
Banco Santander	-	50.638	50.000	7.703	695	(7.559)	-	50.780
Banco Caixa Geral	-	178.709	-	7.648	(12.797)	(7.758)	-	165.802
Deutsche Bank	-	50.638	55.500	8.852	168	(9.101)	-	55.878
Banco Santander	-	229.423	170.744	6.852	(13.052)	(209.094)	(8.885)	178.709
Banco Caixa Geral	-	229.423	170.744	6.852	(13.052)	(209.094)	(8.885)	178.709
		619.701	131.039	38.667	(23.696)	(218.926)	(39.828)	506.957

		Consolidado						
		2021	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização	Juros Pagos	2022
Itau		161.087	-	3.866	(5.584)	(40.517)	(1.958)	96.324
Banco do Brasil		84	-	8.161	(15.219)	(84)	(8.096)	105.416

Banco Comercial	11.221	-	10	(1.212)	(10.039)	20	-
Portugues Haitong	83.472	-	(3.145)	(10.024)	(69.121)	(1.182)	-
BNDES	139.191	-	13.932	-	(60.144)	(12.240)	80.738
EKF	70.628	-	8.385	-	(20.050)	(6.764)	52.202
Deutsche Bank	50.472	55.500	8.852	168	(9.101)	(6.700)	55.676
Banco Santander	229.423	-	6.852	-	(8.885)	(8.885)	178.709
Banco Caixa Geral	229.423	170.744	6.852	(13.052)	(209.094)	(8.885)	178.709
	745.578	326.244	45.554	(44.923)	(409.049)	(43.703)	619.701

17 Passivo de arrendamento (Consolidado)

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	Percentual
Até um ano	14,38 % a.a
De um ano a três anos	14,77 % a.a
De três anos a cinco anos	14,26 % a.a

		31/12/2023	
		2023	2022
Dívida reconhecida em 01/01/2023	9.318	(8.972)	(12.907)
Pagamentos parcela		(12.907)	(16.710)
Adição			16.710
Juros			(1.590)
Total			
11.531		8.282	3.249
Curto Prazo			
Longo Prazo			

		31/12/2022	
		2022	2021
Dívida reconhecida em 01/01/2022	6.307	(6.307)	(8.972)
Pagamentos parcela		(8.972)	(12.750)
Adição			12.750
Juros			(967)
Total			
11.531		6.307	3.249

Vencimento das parcelas	Valores em R\$		Percentual
	2023	2022	
Um ano (2024)	8.282	71%	
Dois anos (2025)	1.627	14%	
Três anos (2026)	1.622	15%	
	11.531	100%	

18 Impostos a recolher	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) (*)	-	-	4.343	4.349
Paraná Competitivo (**)	-	-	212.522	208.328
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	6.643	6.941
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	322	1.166
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	70	244
Outros (ISS, IRRF, CSRF)	29	7	2.647	1.522
	29	7	226.547	222.550

Passivo circulante		2023	2022
		29	7
		42.030	16.479

Passivo não circulante		2023	2022
		-	-
		184.517	206.071

(*) O saldo refere-se a ICMS incremental, a recolher, oriundo do benefício fiscal PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) que difere por 48 meses o prazo de pagamento do referido tributo, cujo pagamento iniciou em 10 de abril de 2014. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.243 (R\$ 4.349 em 2022).</

demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(21.605)	(12.477)	(20.981)	(948)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34	34	34
	(7.346)	(4.242)	(7.133)	(322)
Efeitos fiscais sobre adições e exclusões				
Equivalência patrimonial	(7.411)	(4.184)	-	-
Despesas indedutíveis	(1)	(67)	(2.887)	(2.802)
Compensação Prejuízo fiscal	-	-	8.549	15.095
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	(64)	(9)	(1.471)	(11.971)
Corrente	(64)	(9)	(64)	(6.308)
Diferido	-	-	(1.407)	(5.663)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. Com base na evolução da Controlada a administração iniciou em 2021 a utilização dos créditos diferidos, com a expectativa de que a realização integral ocorra até 2032. Na Controlada não houve reconhecimento de impostos diferidos ativos

24 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Transações

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Outras contas a receber	-	-	1.304	1.407
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.	-	-	1.304	1.407
Passivo				
Fornecedores	-	-	26.302	36.136
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A	-	-	26.302	36.136

As compras de matérias-primas e mercadorias são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação, com prazo de pagamento específico para cada tipo de produto e/ou fornecedor.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia teve custos com remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 2.402 nas controladas (Em 2022 no montante de R\$ 2.528). Não houve pagamento de honorários da controladora.

25 Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, e estão discutindo estas questões na esfera administrativa bem como judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte das obrigações. Para aquelas ações cujas probabilidades de perdas, com base na opinião dos seus advogados, foram consideradas prováveis, a administração reconheceu provisão para contingências conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Contingências prováveis		
Cíveis	7.726	7.746
Trabalhistas	3.062	1.376
Previdenciário	378	378
Tributárias	8.747	7.618
	19.913	17.118

Movimentação das provisões no consolidado

	Cíveis		Tributária		Trabalhista		Previdenciário		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo em 01/01/2023	7.746		7.618		1.376		378		17.118	
Constituição de provisão	-		1.129		3.656		-		4.785	
Reversão de provisão	-		-		(1.647)		-		(1.647)	
Pagamentos	(20)		-		(323)		-		(343)	
Saldo em 31/12/2023	7.726		8.747		3.062		378		19.913	
Saldo em 01/01/2021	12.979		3.073		1.851		378		18.282	
Constituição Provisão	1.900		4.545		4.865		-		11.310	
Reversão Provisão	(1.795)		-		(730)		-		(2.525)	
Pagamentos	(5.339)		-		(4.610)		-		(9.949)	
Saldo em 31/12/2022	7.746		7.618		1.376		378		17.118	

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

• Contingências trabalhistas - estão relacionadas às reclamações movidas por ex- empregados e ex-empregados do Grupo relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos. O valor do depósito judicial (R\$ 378, saldo em 31 de dezembro de 2023 2022) refere-se a mandado de segurança impetrado pela Controlada Supremo questionando o valor da alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAT). Os depósitos judiciais estão apresentados no balanço na rubrica outros créditos a receber no ativo não circulante.

• Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais.

• Contingências tributárias – a principal ação está relacionada à PerdComp não homologada junto à Receita Federal.

Para aquelas ações cujos riscos de perdas foram avaliados como possíveis, o Grupo não constituiu provisão para contingências. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2023	2022
Contingências possíveis		
Cíveis	678	678
Tributário	7.000	7.000
Trabalhistas	2.676	2.676
	10.354	10.354

26 Intrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo

(i) Controladora

	2023		2022			
	Nota	Valor justo Instrumentos de hedging	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	1	-	1	34
Aplicações financeiras	7	-	5.255	-	5.255	4.844
Passivos financeiros						
Outras contas a pagar	-	-	12	-	12	14

(ii) Consolidado

	2023		2022			
	Nota	Valor justo Instrumentos de hedging	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos financeiros						
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	1.355	-	1.355	4.438
Aplicações financeiras	7	-	75.911	-	75.911	196.251
Contas a receber de clientes	8	-	43.490	-	43.490	39.340
Partes relacionadas	24	-	1.305	-	1.305	1.407
Outras contas a receber	-	-	8.195	-	8.195	11.415
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	26(f) (i)	(38.618)	-	-	(38.618)	(39.403)

Passivos financeiros

	2023		2022			
	Nota	Valor justo Instrumentos de hedging	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Fornecedores	15	-	-	96.756	96.756	96.873
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	506.957	506.957	619.701
Outras contas a pagar	17	-	-	7.794	7.794	7.297
Passivos de arrendamento	-	-	-	11.531	11.531	9.318

b. Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa

c. Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

•Risco de crédito

•Risco de liquidez

•Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações atualizadas pela taxa CDI. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descaçamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	96.756	-	-	96.756
Empréstimos e financiamentos	210.462	268.256	28.239	506.957
Passivo de arrendamento	8.282	3.249	-	11.531
Outras contas a pagar	7.744	50	-	7.794

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	96.873	-	-	96.873
Empréstimos e financiamentos	205.669	343.607	70.425	619.701
Arrendamento mercantil	6.580	2.738	-	9.318
Outras contas a pagar	7.297	52	-	7.349

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o real (R\$), mas também em dólares americanos (USD).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Em 2023 a Controlada contratou um Empréstimo Externo sob a Lei no 4.131 com principal de EUR 9.256 (R\$ 49.467) por um prazo de 1 ano.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esse financiamento foi integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do euro (Euribor).

Neste mesmo período a Companhia liquidou diversos Empréstimos Externos no montante de EUR 5.000 (R\$ 30.075) e de US\$ 7.258 (R\$ 40.000) liquidou um Empréstimo Externo no montante de EUR 3.750 (R\$ 25.462).

No final de cada mês, a Companhia e a sua Controlada atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

A Companhia possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 27.197 (valor líquido) no qual reduz o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção câmbial dos seus financiamentos no montante de R\$ 11.421 classificado no passivo circulante.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas à taxas de juros variáveis. A Administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	Consolidado	
	2023	2022
Valor contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDB)	75.911	196.251
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (CDI)	(439.612)	(482.862)
Empréstimos e financiamentos (TJLP)	(67.345)	(80.380)
	(431.046)	(366.991)

(iii) Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

	Consolidado	
	2023	2022
Total dos empréstimos - Principal (Nota 16)	502.244	613.368
Total de passivos de arrendamento (Nota 17)	11.531	9.318
Total de instrumentos derivativos (Nota 26)	38.618	39.403
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(72.010)	(195.811)

	Consolidado	
	2023	2022
Dívida líquida	480.383	466.278
Total do patrimônio líquido	397.014	419.596

	Consolidado	
	2023	2022
Total do capital	887.397	885.874
Índice de alavancagem financeira - %	54	53

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 60% a 103% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável. Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2023 (saldo contábil tendo por base o CDI de 13,03% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

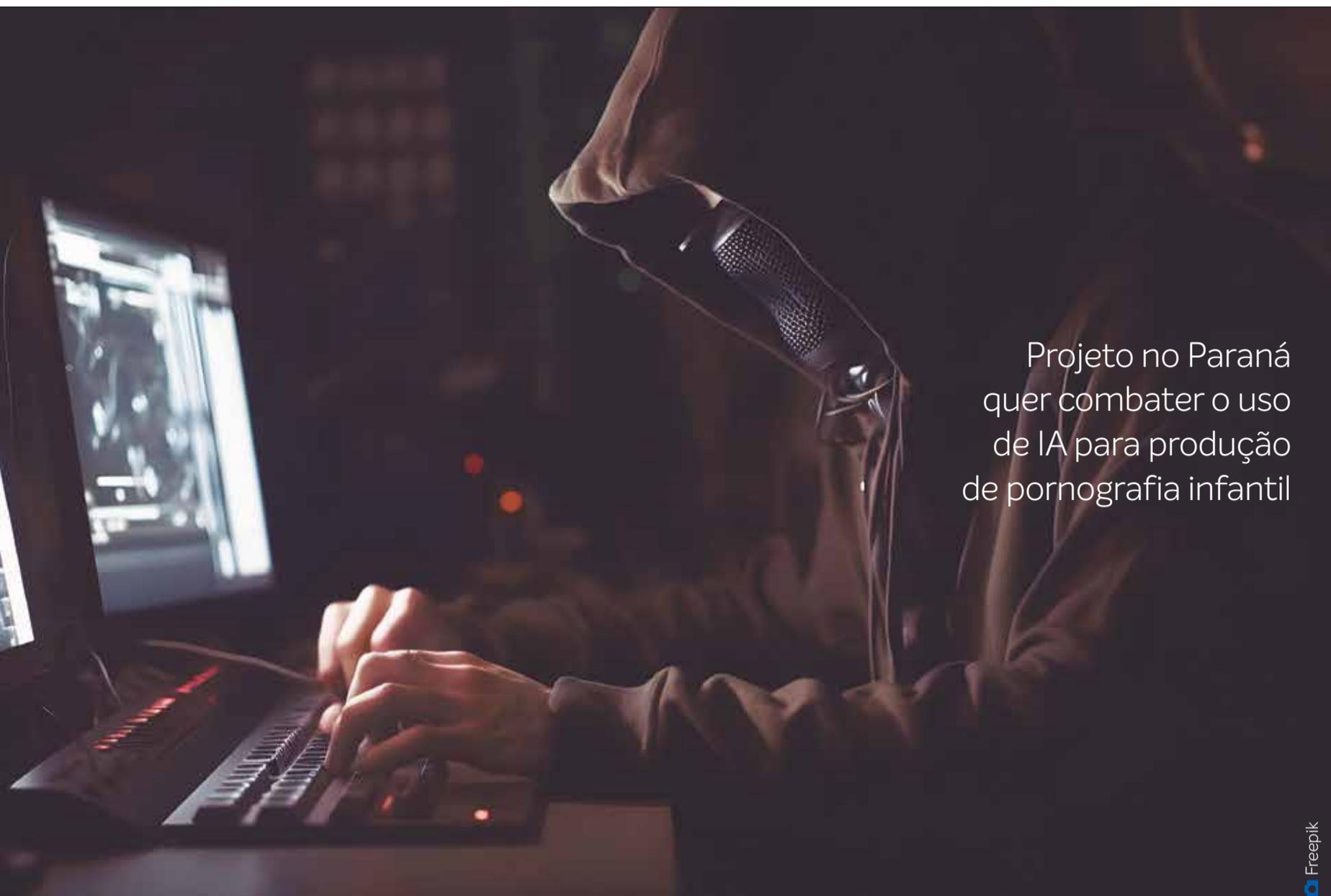
A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado			
	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%	
Instituições financeiras e modalidades				
Financiamentos e empréstimos	175.089	(5.703)	(11.407)	

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do Dólar norte-americano e Euro. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução ou aumento de 25% ou 50% no Real em relação a essa moeda estrangeira.

	Notional		Cenários					
	Ativo / Passivo	Posição em	Referência	Provável	25%	50%	-25%	-50%
	BRL	USD	31/12/2023					
EUR para R\$	(280.530)	(52.144)	(238.837)	USD 5.2500	(238.837)	(298.546)	(358.255)	(223.909)
US\$ para R\$	(111.272)	(34.256)	(134.295)	EUR 5,8700	(134.295)			



Projeto no Paraná quer combater o uso de IA para produção de pornografia infantil

Freepik

CRIME E TECNOLOGIA

Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

A Inteligência Artificial (IA) é um dos maiores avanços tecnológicos dos últimos anos, porém, pedófilos vêm utilizando a tecnologia para produzir imagens falsas de crianças e adolescentes em cenas eróticas.

O deputado Ney Leprevost protocolou na Assembleia Legislativa do Paraná projeto de lei para proibir que aplicativos de Inteligência Artificial gerem conteúdos que representem crianças e adolescentes em cenas de sexo ou de teor pornográfico. A matéria foi aprovada esta semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com o projeto, será de responsabilidade dos provedores de serviços de inteligência artificial a fiscalização dos conteúdos gerados que possam envolver imagens eróticas e pornográficas de crianças e adolescentes. Caso sejam encontrados conteúdos inapropriados, os provedores deverão desabilitar o acesso ao conteúdo e informar às autoridades competentes.

Em um artigo recente publicado pelo Observatório da Internet de Stanford e pela Thorn, organização sem fins lucrativos que luta contra a disseminação do abuso sexual infantil online, os pesquisadores descobriram que, desde agosto do ano passado, houve um aumento na quantidade de material fotorrealista de abu-

so sexual infantil gerado por IA circulando na dark web.

O primeiro aplicativo desse tipo, chamado DeepNude, ganhou notoriedade mundial e rapidamente se tornou viral.

O processo é simples: a partir de uma foto da pessoa vestida, o aplicativo cria uma nova imagem da pessoa sem a peça de vestuário.

“Precisamos proteger as

nossas crianças e adolescentes. Vale ressaltar que é crime compartilhar fotos e vídeos íntimos sem consentimento. Se for de criança ou de adolescente, não se pode comparti-

lhar nem com consentimento”, afirmou Ney.

Para denúncias sobre esse tipo de crime o telefone é o Disque 100. A ligação é gratuita e pode ser anônima.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARANÁ
Campus Barracão

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 87/2024

Objeto: A escolha da proposta mais vantajosa para a cessão de uso de espaço público para serviços de cantina, mediante apuração do menor preço global a ser aplicado em planilha de preços (cardápio), referente a uso de área de 67,35 m² para a exploração comercial de pessoa jurídica especializada no ramo de Lanchonete/Cantina Escolar em espaço físico pertencente ao IFPR, Campus Avançado Barracão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Edital: 13/05/2024 das 09h30 às 11h30 e das 14h00 às 16h30. Endereço: Rodovia BR 163, nº 2115, Bairro Industrial, Barracão/PR, CEP 85700-000 ou www.comprasnet.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 13/05/2024 às 08h30 conforme Edital por envelopes no endereço supracitado. Abertura dos Envelopes: 27/05/2024 às 10h. Site www.comprasnet.gov.br.

Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

TBR130524 pdf

Código do documento a4fe9240-03ff-4b8c-8e68-9a9b69eb4678



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

12 May 2024, 22:10:21

Documento a4fe9240-03ff-4b8c-8e68-9a9b69eb4678 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-12T22:10:21-03:00

12 May 2024, 22:11:07

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-12T22:11:07-03:00

12 May 2024, 22:11:54

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Assinou Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.143.96 (bfb18f60.virtua.com.br porta: 55482).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE_ATOM: 2024-05-12T22:11:54-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ae6cccc7b7aff5886f6660fd80051763fcb3e221f4a1654eaa9e36e05998b0d5

(SHA512):365491d54c6a49cf9a063c04a89efe5de48534b53eee5a059d37b9a08659a7c777cd2b2cd08825b96000fd20d78a774e77feb098dffffb234b0a34331b5ab223

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign